

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – ASPECTOS PROPEDÊUTICOS – O DIREITO POSITIVO – LINGUAGEM E INTERPRETAÇÃO	23
1.1. Os elementos do sistema jurídico – as normas jurídicas e a construção de sentido deôntico	42
1.2. A norma jurídica completa e a efetividade do direito – a importância da norma processual e o sintagma da norma jurídica completa.....	48
CAPÍTULO 2 – O PROCESSO TRIBUTÁRIO E A TUTELA JURISDICIONAL TRIBUTÁRIA	59
2.1. Processo tributário – conceito	59
2.2. Ciclo de Positivção da Obrigação Tributária	66
2.2.1. Noções gerais sobre o ciclo de positivção – incidência e aplicação sob a ótica construtivista	67
2.2.2. O Ciclo de Positivção da Obrigação Tributária em sentido estrito	75
2.2.3. O Conflito no Ciclo de Positivção da Obrigação Tributária e sua tradução em linguagem competente (Conflito como Fato Jurídico).....	80

- 2.3. A relação jurídico-processual e a solução do conflito – a função jurisdicional do Estado – Jurisdição – conceito e pressupostos..... 84
- 2.4. A relação jurídico-processual tributária – instrumentalidade..... 87
- 2.5. A Tutela jurisdicional como ato-fim do processo – aprofundando a noção de instrumentalidade 91

CAPÍTULO 3 – TUTELA JURISDICIONAL NO PROCESSO TRIBUTÁRIO..... 99

- 3.1. Tutela jurisdicional – uma análise teórico-geral de seu conteúdo – diferenciando as classes de tutela (i) comum e (ii) diferenciada 101
- 3.2. Tutela jurisdicional tributária comum nos processos antiexacionais preventivos 109
- 3.3. Tutela jurisdicional tributária comum nos processos antiexacionais repressivos 119
- 3.4. Tutela jurisdicional tributária comum nos processos antiexacionais reparatórios..... 127
- 3.5. Tutela jurisdicional tributária comum nos processos antiexacionais improcedentes 132

CAPÍTULO 4 – TUTELA JURISDICIONAL TRIBUTÁRIA PROVISÓRIA E SUA ESTABILIZAÇÃO 141

- 4.1. A Tutela Provisória no Código de Processo Civil – espécies e estabilização 142
- 4.2. A Estabilização da Tutela Provisória de Urgência Antecipada Antecedente – Efetividade e Instrumentalidade – Aplicabilidade às demandas em face da Fazenda Pública 153

4.3. A Tutela Provisória no Direito Material Tributário – Análise do seu conteúdo e da possibilidade de estabilização nas diferentes intervenções processuais no ciclo de positivação	172
4.3.1. A tutela provisória no processo tributário antiexacional preventivo–O especial caso da proibição da constituição da obrigação tributária e sua viabilidade no contexto do direito material tributário	184
4.3.2. A tutela provisória no processo tributário antiexacional repressivo –A previsão do artigo 156, inciso X, do CTN e sua repercussão quanto às tutelas provisórias	196
4.3.3. A tutela provisória no processo tributário antiexacional reparador –O regime de precatórios e sua repercussão nas tutelas provisórias	210
4.4. Liminar no Mandado de Segurança – Natureza jurídica e estabilização	215
4.5. Tutela Provisória na cobrança do crédito tributário – Natureza jurídica e estabilização	222
CAPÍTULO 5 – ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA EM DEMANDAS TRIBUTÁRIAS QUE CONTROVERTEM SOBRE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS EM SENTIDO AMPLO	235
5.1. Retomando as noções de obrigação tributária em sentido amplo e sentido estrito para aprofundar a diferenciação	235
5.2. Demandas voltadas à liberação de mercadorias apreendidas	240
5.3. Demandas que discutem consectários legais – a questão da ilegitimidade dos juros de mora não limitados aos percentuais utilizados pela União	243
5.4. Demandas que discutem a confiscatoriedade da multa punitiva	252

5.5. Demandas que discutem a legitimidade do protesto de CDAs	253
CONSIDERAÇÕES FINAIS	263
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	269